

MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E TRABALHO DO PROFESSOR: DO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FORMAL AOS SABERES E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Deives Perez¹

1. Introdução

O objetivo deste artigo é examinar e discutir as diferentes modalidades de educação e o trabalho do professor caracterizado pela profissionalização e pela intencionalidade do ato de ensinar e de aprender. O estudo da temática proposta foi realizado por meio da revisão crítica da literatura pertinente à delimitação do conceito de educação e da circunscrição de quatro modalidades teórico-práticas de educação, a saber: educação não intencional ou informal e educação intencional, que se desdobra em educação formal ou escolar e educação não formal. A partir daí, foi feita a revisão histórica do processo que permitiu à educação intencional formal (escolar) e ao trabalho do docente que atua na escola tornarem-se dominantes na contemporaneidade. Na sequência, é apresentado o debate em torno da delimitação da educação não formal e das possibilidades de ação dos professores desta área. Neste estudo foram utilizados os termos “professor” e/ou “professores” para referir a todos aqueles que assumem como atividade laboral o ensino intencional de pessoas ou grupos.

Cumprir destacar que este estudo teórico, voltado para a compreensão e análise do contexto histórico das modalidades formal e não formal de educação e do ofício docente a elas associadas, se insere e articula ao contexto mais amplo de um projeto de estudos que tem como foco o exame da atividade laboral e dos processos formativos de professores, em particular daqueles que atuam em organizações não governamentais (Ongs) e no âmbito dos novos movimentos sociais. Anteriormente foram desenvolvidos exames sobre a formação de um grupo específico de professores inseridos em Ongs (PEREZ, 2004; 2013a) e o trabalho destes profissionais (PEREZ; 2009). Entretanto, se percebeu que o entendimento profundo dos processos formativos e de trabalho dos docentes demandava a análise contextual e histórica das modalidades de educação que condicionam e norteiam os estudos acadêmico-científicos e o plurilogismo social em torno dos fazeres e saberes educacionais.

¹ Doutor em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar da UNESP. Contato: prof.deivisperez@hotmail.com

Além disso, espera-se contribuir com a literatura especializada, ao organizar e analisar aspectos teóricos acerca das diversas modalidades de educação. Ainda, pretende-se oferecer subsídios que possam ajudar a qualificar os debates sobre a relevância e validade do trabalho docente nas diferentes práticas e modalidades da educação.

Este artigo está organizado em cinco subseções, além desta introdução e das considerações finais, em que abordamos, sucessivamente: a) a definição de educação; b) a educação informal ou não intencional; c) educação intencional; d) a emergência e a relevância histórica da educação formal e do trabalho do professor escolar; e) a educação não formal e seus principais tipos, com destaque para a educação corporativa, processos formativos em cursos livres para áreas diversas do saber e da prática e educação não formal nas Ongs.

A Educação e suas Diferentes Modalidades

Os processos de ensino e aprendizagem ocorrem ao longo de toda a vida humana, sendo realizados nos mais diferentes espaços e em múltiplas situações. Em função disso, se pode definir a educação como o “processo que deve garantir a socialização e a aquisição das conquistas sociais pelo conjunto de sujeitos de uma sociedade” (PÉREZ-GÓMES; 1998a, p. 13). Esta definição aponta para uma visão ampliada de educação, que inclui desde os processos de socialização básicos, como aqueles realizados pela família, até os complexos sistemas educacionais organizados e regulados pelos governos.

A educação existe em todos os grupos humanos e, ainda que de modo difuso, em todas as esferas da sociabilidade e das práticas humanas. Historicamente, nota-se que a noção de educação nem sempre esteve associada à escola e tudo o que nela encontramos. As práticas educativas existiam “[...] primeiro sem escolas, salas, professores e métodos pedagógicos” (BRANDÃO, 1995, p. 10). Dessa forma, adotar uma perspectiva ampliada de educação, implica em reconhecer que os espaços em que se realiza o processo educacional não se restringem à escola. Também o professor profissional, conforme afirma Carlos Rodrigues Brandão (1995), jamais foi, e continua a não ser o único a desenvolver práticas de ensino. O autor chega a questionar se a escola seria o melhor espaço e o professor o mais competente para realizar as atividades da educação. Esse questionamento sobre a escola, enquanto espaço que melhor realiza a educação. É preciso ressaltar que essa reflexão de Brandão não se desdobra, neste artigo, em tentativa de relativizar a

importância da escola e o seu papel central na socialização dos saberes construídos pela humanidade, mas apenas reconhecer que há, historicamente, outras dimensões em que a educação se desenvolve que merecem ser consideradas e analisadas por pesquisadores e profissionais que se interessam e atuam no campo da educação.

Para que seja possível visualizar com clareza os diferentes espaços em que se construíram e desenvolveram as práticas educativas que demandam trabalho docente, serão descritas as quatro diferentes modalidades de educação. Isto porque nem toda a modalidade de educação demanda a presença do professor. Após, será dada ênfase às duas modalidades em que há práticas educativas que exigem a presença do professor, compreendido como especialista no processo educativo e que realiza ações intencionalmente ações estruturadas de ensino e aprendizagem. A identificação e descrição das modalidades de educação foram realizadas a partir da análise crítica e da síntese das concepções de autores que abordam a questão, com maior ou menor ênfase, em seus escritos. Entre eles, destacam-se Libâneo (1994; 2002), Saviani (2008), Cury (2000), Dowbor (2001), Gohn (1998; 2001; 2006) e Perez (2009; 2013b). As quatro modalidades de educação são:

1. Educação não intencional ou informal.
2. Educação intencional, que se desdobra nos dois tipos de educação abaixo.
3. Educação formal.
4. Educação não formal.

As primeiras duas modalidades de educação, consideradas básicas, são: *A educação não intencional* ou *informal* e a *educação intencional*. Conforme as denominações das duas categorias indicam, a noção de *intencionalidade* é central para diferenciá-las. Será a partir da clareza sobre a intencionalidade, tanto daquele que ensina quanto daquele que aprende que se irá distinguir, na prática, essas modalidades de educação. Na sequência há a definição de cada uma dos tipos de educação.

Educação Não Intencional ou Informal

A educação não intencional ou informal é aquela que acontece em situações diversas da vivência humana, em que não há organização, intencionalidade ou preparação do processo de ensino, assim como não se observa a consciência e a preparação explícita de um indivíduo ou grupo de pessoas para a aprendizagem e a construção de saberes. Esse tipo de

educação acontece nas situações concretas de trocas cotidianas entre seres humanos, quando ocorre a aprendizagem dos modos de vida, da cultura de um determinado grupo e das práticas sociais, construídas nas relações interativas familiares, entre amigos, nas comunidades, etc. Nessa modalidade de educação não existe a figura do especialista no processo de ensino e aprendizagem. As relações que resultam em ensino e aprendizagem se dão no contato entre pessoas e grupos, que não é e não deve ser mediado por profissionais do processo educacional.

Esta visão da educação não intencional é corroborada por Carlos Jamil Cury (2000), quando afirma que, ao nascer, o indivíduo é inserido em um mundo já existente e interpretado. Esta interpretação é gradualmente percebida e assumida pelos indivíduos, a partir de suas experiências cotidianas, das relações familiares e outras situações sociais. A esse processo de incorporação ou interiorização do mundo, já existente no momento do nascimento de cada criança, Cury (2000) denomina educação informal. Essa mesma terminologia é utilizada por Maria da Glória Gohn (1998), quando lembra que a educação informal é carregada de valores e representações e tem caráter permanente em nossas vidas, visto que acontece em situações de transmissão de saberes na família e no convívio com amigos, e também, nas relações interativas sociais em clubes, espaços dedicados à mostra de artes (teatros, cinemas), durante a leitura dos jornais, livros, revistas, ao assistir televisão.

Essa modalidade específica de educação tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos e grupos humanos. Para José Carlos Libâneo (2002), as práticas educativas que ocorrem de modo não intencional, não sistemático e não planejado, próprias do processo de socialização, têm grande influência na formação da personalidade das pessoas e chegam a permear a chamada educação intencional, a despeito de não se confundir com esta. Associada à noção de educação não intencional ou informal há o que Juan Ignacio Pozo (2002, p. 56) denomina “aprendizagem implícita ou incidental, isto é, que não requer um propósito deliberado de aprendizagem nem uma consciência do que se está aprendendo [...]”.

Em resumo, pode-se afirmar que a educação não intencional acontece nas situações em que se desenrola um processo de ensino sem estruturação ou planejamento prévio e uma aprendizagem implícita ou incidental.

Essa modalidade de educação não demanda o trabalho de professores, portanto, dispensa a elaboração de processos formativos para esses profissionais. Em verdade, o

ingresso de professores nessa categoria de educação seria algo esdrúxulo, que a descaracterizaria.

Educação Intencional

A educação intencional é aquela em que há um esforço explícito e declarado no sentido de ensinar de modo estruturado, planejado e sistemático, por parte de um agente educativo (indivíduo que deseja ensinar algo, como professores, monitores, educadores, mediadores), que declara as suas intenções àquele que aprende ou o aprendiz ou aluno, o qual, por sua vez, deve ter consciência da sua inserção e participação no processo educativo, realizando, idealmente, um esforço ou mostrando-se disposto a construir a aprendizagem de forma ativa. Assim sendo, essa modalidade de educação tem como característica principal o fato de tanto aqueles sujeitos que desejam ensinar quanto aqueles que aprendem estarem preparados e cientes da participação em um processo de ensino e aprendizagem. Vinculada a esta modalidade de educação, há um tipo particular de aprendizagem, que Pozo (2002, p. 57) denominou “aprendizagem explícita, que é produto de uma atividade deliberada e consciente, que costuma se originar em atividades socialmente organizadas, que de modo genérico podemos denominar ensino”.

Em função da complexidade crescente das sociedades e do aumento dos contingentes populacionais, a educação intencional foi sendo gradualmente organizada e passou a ocupar espaços e tempos específicos na vida das pessoas, além de ser realizada em instituições voltadas para a difusão, reprodução e apropriação pelos homens e mulheres dos conhecimentos e práticas sociais e científicas. Ainda, é na modalidade intencional de educação que se registra o surgimento, formação e profissionalização dos professores, enquanto categoria ocupacional reconhecida legalmente, social e cientificamente.

A relevância que a educação intencional e seus profissionais assumiram ao longo da história, levou ao seu desdobramento em outras duas modalidades secundárias, mas não menos relevantes: a *educação formal* e a *educação não formal*. Ambas marcadas pela intencionalidade daqueles que participam do processo de ensino e aprendizagem, sendo este, o aspecto que as insere no campo da educação intencional. Entretanto, elas possuem diferenças marcantes, conforme indicar-se-á nos próximos tópicos.

Adiante serão expostas e examinadas essas duas modalidades e, também, o processo histórico que levou a educação formal e os professores escolares a se tornarem o centro das atenções sociais e científicas, e a definição (ainda que exploratória) da educação não formal, que tem sido responsável pelo surgimento de uma ampla gama de professores

com referências formativas e percursos profissionais bastante distintos daqueles observados entre os docentes escolares.

Educação Formal

A *educação formal* é aquela realizada nas escolas, públicas e privadas, com a presença de agentes educacionais profissionais (professores, gestores e demais funcionários da escola), com objetivos de ensino explícitos, e alunos com consciência da sua participação e suposto comprometimento no processo educativo. Essa forma de educação é normalmente organizada pelos Estados nacionais, em níveis educacionais e em sistemas de ensino. Os professores da educação formal são os principais profissionais entre aqueles que compõem o cenário escolar. As atividades da educação formal são reguladas por organismos governamentais, por uma legislação educacional determinada, por documentos de prescrição do trabalho docente, que condicionam o que deverá ser ensinado e aprendido e, também, há formação específica de nível superior dos professores para que sejam considerados aptos a trabalhar no espaço escolar.

No Brasil a educação formal é regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC), pelas Secretarias de Estado da Educação e Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, além das Secretarias e Conselhos Municipais de Educação, entre outros. Essa educação segue as determinações legais presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e apresenta documentos de prescrição, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais. A educação formal é, ainda, estruturada em sistemas de ensino, organizados pela União federativa, pelos Estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, que atuam em regime de colaboração. Cada uma dessas dimensões administrativas possui incumbências específicas ligadas ao sistema de ensino, definidas e reguladas a partir da legislação federal pertinente.

Em resumo, a *educação formal* é sinônimo de escolarização. Ela pode ser realizada em escolas criadas e mantidas pelo governo, em nível municipal, estadual ou federal, escolas confessionais organizadas por grupos religiosos, e em escolas privadas ou concebidas e mantidas por fundações vinculadas à sociedade civil, a empresas, entre outros. A educação formal estende-se, no Brasil, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo o ensino técnico profissionalizante. A definição e descrição acima de educação formal parecem precisas e rigorosas, mas não se desconhece que há outras perspectivas

registradas na literatura especializada para caracterizá-la, e que não há consenso conceitual entre os estudiosos da área.

Existe um conjunto de pesquisadores sintonizados com a visão que foi aqui exposta, entre os quais se destacam Almerindo Janela (1989), Carlos Jamil Cury (2000) e Maria da Glória Gohn (2006). Para Janela, deve-se entender como educação formal, “aquela [...] organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas [...]” (JANELA, 1989, p. 78). Definição semelhante é apresentada por Gohn que, de modo assertivo, indica que a “[...] educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados [...]” (GOHN, 2006, p. 09). As características que a educação formal pode assumir, de acordo com a organização mantenedora de cada escola, são abordadas por Cury (2000), quando registra que, essa modalidade de educação poderá apresentar variações, a depender da cultura ou contexto da organização que criou e mantém cada escola, como o Estado, a Igreja, grupos privados ou instituições ligadas a segmentos sociais com visão de mundo, modo de ação na sociedade e compreensão de educação particulares, como os militares.

É importante destacar que se configura equívoco bastante comum, mesmo entre os profissionais da educação, considerar a educação formal como a única modalidade intencional de educação. Por esta razão cumpre destacar que a educação formal é sinônimo de educação escolar, mas não é a única forma intencional de expressão da educação. O que não se deve negar é que a educação formal possui enorme relevância, em função do importante papel da escola no processo de desenvolvimento humano e na difusão igualitária entre a população dos saberes socialmente produzidos. As outras possibilidades de práticas educativas intencionais foram incluídas em uma segunda categoria de educação, que será apresentada detalhadamente, adiante.

Outra visão acerca da delimitação do campo da educação formal é defendida por Libâneo (1994; 2002). Em seu livro *Didática*, publicado originalmente em 1994, o autor aponta que a educação formal é aquela realizada nas escolas e em outras agências de instrução e educação, como igrejas, sindicatos e empresas. Porém não esclarece se qualquer espécie de prática educativa intencional realizada por estas agências de instrução e educação poderiam ser consideradas formais, nem explicita se estariam inseridos no campo da educação formal os treinamentos oferecidos a funcionários e as ações de inclusão de pessoas de

baixa escolarização em um processo de educação de jovens e adultos (EJA), patrocinados por empresas.

No ano de 2002, em seu livro *Pedagogia e Pedagogos, para quê?*, Libâneo argumentou que toda e qualquer prática educativa intencional, altamente sistematizada, estruturada e vinculada a uma instituição comporia a educação formal. Com isto, o autor procurou convencionar como sendo parte do campo da educação formal tanto as práticas educacionais obrigatórias realizadas na escola, apontada como a instituição clássica desta categoria, quanto àquelas desenvolvidas nas empresas, sindicatos e quaisquer outras organizações que, de algum modo e em um momento qualquer, se voltassem para a realização de processos intencionais de ensino, ainda que fora do que o autor denominou *marco* escolar. Libâneo (2002) atrelou a sua conceituação à proposta de criação de um sistema de educação formal, que teria na escola o seu centro, e que contemplaria, ainda que de modo lateral, as demais práticas educativas intencionais. Segundo este teórico, a sua perspectiva acerca da educação formal pretende superar o que ele avalia que sejam visões estreitas, ou seja, aquelas que reduzem a educação formal à escolarização.

Subjacente à definição de Libâneo está o desejo, nos dizeres do próprio autor, de não sacrificar a escola ou minimizar a sua relevância em favor de formas alternativas de educação. A posição de Libâneo sobre a educação formal parece duplamente inadequada, porque, ao colocar a escola no centro dos debates sobre a educação formal, visando destacar o papel desta instituição nas sociedades atuais, o autor acabou por caracterizar de modo confuso a modalidade *educação intencional formal*. Ainda, ao incluir uma gama diversa de práticas educativas no âmbito escolar tendeu a favorecer a minimização da importância e especificidade do papel desempenhado pelos professores que atuam na escola, abrindo espaço para que voluntários e outros profissionais, que se percebam aptos à realizar processos educativos, a se inserirem no espaço ocupacional e desempenhar ações próprias dos educadores escolares profissionais. Libâneo também terminou por colocar em segundo plano o papel e a relevância das práticas educativas intencionais que acontecem para além dos muros da escola. Os processos educativos realizados em empresas, organizações não governamentais (Ongs), movimentos sociais, etc., têm apresentado uma participação crescente na construção e difusão dos saberes, e isto parece não ser considerado pelo autor, que prefere reafirmar a centralidade da educação escolar formal.

Consideramos que, na contemporaneidade, é preciso discutir o papel da escola e seus professores na relação com estes outros espaços educacionais e não diminuir a relevância de cada um deles, o que em nada contribui para a melhoria e a valorização da própria escola e do trabalho docente. Apesar disso, não se nega que a educação formal e seus professores sejam, na atualidade, a principal modalidade e os profissionais melhor organizados e capacitados do campo da educação intencional. Apenas entendemos que os debates e as teorias sobre a educação ficam enriquecidos se forem levadas em conta as suas múltiplas formas de expressão, que existem para além da escola, em especial a escola pública, gratuita, universal e de qualidade, sem com isto diminuir a sua função e importância no desenvolvimento de indivíduos e da sociedade.

Abaixo, segue exposição do percurso histórico que levou a educação formal a tornar-se dominante nos debates e preocupações acadêmicas, sociais, políticas e culturais.

A Emergência e a Relevância Histórica da Educação Formal e do Trabalho do Professor Escolar

É possível afirmar que foram os filósofos da Grécia Antiga que nos ofereceram as bases do pensamento e do conhecimento educacional que gradualmente nos levaram à educação formal, como a conhecemos hoje.

Entre os principais filósofos gregos que refletiram acerca da educação temos Sócrates e Platão, que elaboraram numerosas propostas e concepções que ajudaram a configurar a educação formal contemporânea. Algumas destas concepções ou propostas são: a necessidade de um método de ensino para estruturar o processo educativo; a noção de sistema educacional, da escola pública e da educação para a vida e para o estudo permanente.

Com Sócrates surgiu a proposta de uso de um método para ensinar e do papel a ser cumprido pelo professor. Para o pensador ateniense, o diálogo estruturado caracterizava o método da ação educativa. O chamado diálogo socrático era dividido em dois momentos básicos, sendo que no primeiro o educador procurava trazer à tona os pensamentos e opiniões do seu interlocutor. Com isso, pretendia iniciar o processo de autoconhecimento, bastante relevante no processo educativo sugerido por Sócrates. No segundo momento do diálogo, era preciso aprofundar os conceitos e reflexões elaboradas, de modo a que o interlocutor percebesse as fragilidades de suas ideias. No princípio o papel do educador, para Sócrates, era apoiar o indivíduo em seu processo de desenvolvimento e amadurecimento constante que se estende ao longo de toda a vida do homem.

Outro filósofo ateniense, Platão, sugeriu que todos os cidadãos tivessem acesso à educação oferecida pelo Estado e pelos governos. A educação para todos, realizada e mantida pelo Estado, foi uma inovação significativa proposta por Platão, que continua a ser almejada em muitos países e por diversos segmentos sociais. De acordo com as concepções platônicas, a formação não deveria ser igual para o conjunto dos cidadãos, apesar de necessariamente ser ofertada a todos, inclusive as mulheres, que durante muito tempo permaneceram afastadas das oportunidades de acesso à educação formal.

As bases da educação formal e do trabalho dos professores foram, provavelmente, lançadas pelos gregos, mas esta modalidade da educação e a atividade laboral docente somente passaram a dominar os debates, as práticas e as reflexões sociais a partir do período histórico que ficou conhecido como Época Moderna, que abrangeu desde fins dos anos 1400 (especificamente, 1492) até 1789. Foi neste período que surgiu o que ficou conhecido como *modernidade*, enquanto projeto hegemônico de sociedade e seus desdobramentos nos campos da política, da economia, da cultura, da religião e da educação, que podem ser percebidas até os dias atuais. Neste texto não se aborda a Época Moderna de forma restrita à temporalidade, mas ao projeto de *modernidade* de modo amplo e o sua visão do campo educacional, que conduziu à primazia da educação formal.

A *modernidade* nasceu sob o signo da ruptura com as formas medievais e feudais de organização política, social, econômica e religiosa. Foi com o surgimento da *modernidade* que se observou com maior ênfase a introdução do sistema de trocas e intercâmbios comerciais envolvendo não somente produtos, mas também o dinheiro. De modo simplificado, pode-se afirmar que foi a partir daí que surgiram as bases do capitalismo enquanto sistema; da burguesia enquanto classe social que marcou a *modernidade*; a proteção da propriedade privada como centro do capitalismo e, também, como valor e direito construído e defendido pela burguesia.

No que diz respeito a produção do conhecimento, o conjunto das transformações promovidas pela *modernidade* emergiu sob o signo da racionalidade, que apontava para a necessidade de conhecer: a natureza, a sociedade e os indivíduos para controlar e modificar, no sentido, conforme Michel Foucault (2007), de tornar a tudo e a todos úteis e produtivos.

A *modernidade*, a partir de um olhar analítico dos dias atuais, provavelmente, possuía como característica a existência de um conjunto de contradições. Por um lado havia a defesa da liberdade e da autodeterminação dos indivíduos (afirmação da individualidade)

nos campos econômico, religioso e político, por outra se notava a construção de um Estado *moderno* altamente dominador e de uma sociedade que promovia o surgimento de instituições voltadas para o controle e a disciplina. A economia era, por um lado marcada pela busca incessante de formas de tornar livres a produção e o comércio e, por outro, percebia-se o surgimento de uma educação de trabalhadores orientada, no dizer de Foucault (2007), para a docilização e o disciplinamento dos corpos na direção da máxima produção e do mínimo questionamento à classe burguesa.

A educação e os professores passaram a ter, então, grande relevância no projeto moderno, pois, seriam responsáveis pela formação dos indivíduos segundo os valores e padrões burgueses. Para atender às necessidades da modernidade, a educação sofreu grandes alterações. Antes deste período histórico, as crianças e os jovens eram educados, principalmente, por suas famílias ou em processos de educação informal. A própria noção de criança era inexistente ou pouco clara na Idade Média, segundo Philippe Áries (1978). Na *modernidade* a educação voltou-se para a necessidade de ensinar grandes contingentes populacionais a ler e escrever. Havia no cenário político a necessidade de enfraquecer o poder da Igreja Católica e o ensino da leitura e escrita para as populações foi parte do esforço que visava retirar do clero a exclusividade de acesso aos escritos bíblicos e sua interpretação. Neste período histórico a preocupação com os métodos de trabalho, a formação e profissionalização dos professores estava inserida nos escritos de numerosos autores clássicos da educação. No século XVII, João Amos Comenius, como ficou conhecido no Brasil, destacou em seu livro *Didática Magna*, a importância de *instruir* os professores para o pleno exercício e profissionalização do ofício de ensinar. Segundo Comenius, é preciso:

[...] que os professores sejam instruídos e versados em todas as ciências, artes, faculdades e línguas, e que, como fontes de saber vivo, sejam capazes de expressar e comunicar tudo a todos. (COMENIUS, 1657/2006, p. 353-4)

A educação na *modernidade* afastou-se gradualmente das abordagens religiosas e metafísicas para aproximar-se de modelos considerados mais científicos e racionais. A educação *moderna* ou mais especificamente a pedagogia viu surgir uma multiplicidade de propostas e abordagens teórico-metodológicas significativas.

Observou-se desde abordagens que enfatizavam o trabalho do professor até pedagogias voltadas para o aluno e o seu modo de aprender, passando por visões que destacavam as técnicas e instrumentos do ensino e aprendizagem. A explosão populacional ensejou a elaboração de teorias e práticas educacionais com vistas à socialização dos indivíduos, segundo os padrões culturais e os valores burgueses. Em grande parte das propostas modernas de pedagogia, há a ênfase na aprendizagem dos conhecimentos científicos, na formação do cidadão e, também, realce da necessidade de os professores educarem grandes grupos em períodos temporais reduzidos.

A educação formal fortaleceu-se e ganhou os contornos que se cristalizaram e que a tornaram a principal modalidade de educação. Pensadores e autores como Martinho Lutero, Wolfgang Ratke, João Amos Comenius, Jean Jacques Rousseau e outros, fizeram emergir os aspectos centrais da educação formal como: 1) a obrigatoriedade do ensino público, criado e mantido pelo Estado, gratuito e de qualidade; 2) a produção e difusão do livro didático, bem como a sua distribuição gratuita aos alunos; 3) obrigatoriedade da frequência das crianças à escola; 4) escola com qualidade e aberta a todos, independente da classe social a qual pertenciam os indivíduos; 5) a educação universal, com conteúdos, temas e métodos que permitissem a todos aprender os saberes necessários para o desenvolvimento pessoal e da vida em sociedade; 6) a elaboração e desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino que favorecesse a aprendizagem; 7) a necessidade e estímulo à participação nos processos educacionais e na vida escolar da comunidade e das famílias dos alunos; 8) a ênfase no ensino de saberes científicos e o ensino público laico; 9) o destaque no respeito à diversidade de saberes e de momentos de desenvolvimento de cada aluno; 10) a necessidade de considerar as fases da vida dos indivíduos nos processos de ensino e aprendizagem; 11) a criação dos complexos sistemas de ensino; entre outros.

Portanto, foi a partir do projeto de educação surgido na *modernidade* que vimos fortalecer-se e tornar-se dominante a educação formal e o trabalho do professor escolar como parte do projeto *moderno* de sociedade. Os ideais e as propostas educacionais da modernidade continuam a ter validade nos dias atuais. Provavelmente, em função de o campo da educação formal ter passado a ser alvo de disputas políticas, econômicas e ideológicas, é que evoluímos para um certo consenso em torno da concepção de que ela deve ser obrigatória e oferecida para todos. No entanto, na atualidade, há grande multiplicidade de formas de pensar e realizar a educação, em todas as suas dimensões (gestão, prática docente,

financiamento, etc.). O formato mais democrático e adequado à socialização igualitária das conquistas teóricas e práticas da humanidade continua a ser a oferta indistintamente para todos os segmentos sociais do ensino escolar público, gratuito e de qualidade. Em sintonia com Sacristan, é preciso realçar que o ensino escolar gratuito e obrigatório se justifica porque:

1. Possui um caráter de *serviço social*. O ensino não pode ser privilégio de um grupo numa sociedade que pretenda ser livre e democrática [...]
2. [...] representa um projeto de socialização do cidadão/dã, a oportunidade e a intenção de sentar as bases de uma cultura comum para todo o grupo social, que, como forma de união, fortaleça as bases de coesão do mesmo [...]
3. Numa sociedade com processos de produção complexos se exigem doses importantes de preparação prévia em competências muito gerais para participar neles [...] (SACRISTÁN, 1998, p. 170-1)

As condições sociais, políticas e econômicas observadas entre a *modernidade* e a contemporaneidade, que fizeram com que a educação formal assumisse relevância, sofreram alterações que, certamente não permitiriam descartar ou colocar em segundo plano tanto a escola quanto a importante função socializadora de saberes que marcadamente possui a atividade laboral docente. Entretanto, não é possível negar que surgiu, nas últimas décadas um conjunto de transformações que apontam para a necessidade de considerar as novas formas, espaços e instituições dedicadas a práticas educativas realizadas fora da escola. No próximo item, serão abordadas as novas possibilidades vinculadas ao campo da educação não formal e à disseminação de saberes.

A Educação Não Formal

A *educação não formal* é, analogamente à educação formal, caracterizada pela intencionalidade de ensinar, por parte dos agentes educacionais (professores, monitores, educadores, tutores, etc.), e de aprender, pelos alunos ou participantes do processo de ensino e aprendizagem. Dito de outra forma, a *educação não formal* é estruturada e promovida por indivíduos, grupos ou organizações que compreendem a necessidade de realizar de modo estruturado e intencional o ensino de determinados conhecimentos ou saberes e práticas, voltado para pessoas e grupos que, deliberadamente, buscam construir aprendizagens que lhes sejam significativas. O que marca esta modalidade de educação é o fato de suas atividades ocorrerem fora do sistema de escolarização formal.

A delimitação do campo da educação não formal tem sido alvo de enorme controvérsia entre os estudiosos. Alguns deles, como Gohn, optam por conferir um caráter eminentemente social e comunitário à modalidade, definindo-a como aquela que:

[...] aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc. (GOHN, 2001, p. 07)

A delimitação de Gohn restringe todo o campo da educação não formal e o trabalho dos seus professores a uma das categorias que o compõe, relacionada à área social, na medida em que desconsidera segmentos relevantes como a educação realizada pelas empresas em processos intencionais de formação dos trabalhadores, das práticas educacionais elaboradas e desenvolvidas de forma estruturada, por exemplo, na área da saúde preventiva. Aquilo que Gohn aponta como sendo a totalidade da educação não formal, em verdade, é apenas uma das suas categorias particulares.

Outros dois autores, que reconhecem a existência da educação não formal e que delimitaram o seu campo de estudos e da sua prática, são Cury e Libâneo. O primeiro teórico apresenta uma definição bastante ampla e pouco específica de educação não formal. Segundo Cury (2000), esta modalidade de educação é aquela que se desenvolve em projetos realizados em áreas e espaços diferentes da escola e da educação formal. O autor acredita, por exemplo, que as atividades de orientação de casais para o controle da natalidade, feitas em unidades de saúde, são ações típicas da modalidade não formal de educação.

Para Libâneo a educação não formal caracteriza-se pela realização de “[...] atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando relações pedagógicas, mas não formalizadas” (LIBÂNEO, 2002, p. 89). Ele aponta, ainda, que a educação não formal ocorre no âmbito dos movimentos sociais, nas atividades culturais realizadas em museus, cinemas e áreas de recreação, também, pelos meios de comunicação de massa e na escola, em atividades extras e complementares ao currículo tradicional, como em visitas de alunos a feiras e eventos.

A delimitação da educação não formal apresentada tanto por Cury quanto por Libâneo parecem insuficientes para, de fato, esclarecer o que é esta modalidade de educação intencional. Os autores sinalizam para uma configuração de campo excessivamente difuso. A ida a um cinema, para utilizar um exemplo apresentado por Libâneo (2002), não representa a realização de uma atividade educativa intencional, sistemática e organizada, como defendemos que devem ser as práticas da educação não formal. Do mesmo modo, a mera leitura de um jornal diário de notícias ou de uma revista de variedades não indica que esteja acontecendo um processo próprio da educação não formal. A definição dos autores não contribui para que os pesquisadores das Ciências da Educação, que hoje se voltam essencialmente para a educação formal, passem a valorizar a educação não formal como uma dimensão importante para a teorização e a produção de saberes acadêmico-científicos, seja acerca dos limites e alcance deste tipo de educação ou do trabalho dos professores atuantes na área.

As definições mais rigorosas e detalhadas para a educação não formal, muito provavelmente, foram registradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), em um projeto denominado *Thesaurus Brasileiros da Educação*, que consiste em um vocabulário de termos e conceitos extraídos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, analisados e sistematizados pelo Centro de Informação e Biblioteca em Educação. Em seu sítio eletrônico o INEP apresenta cinco definições, interligadas, para o conceito de educação não formal, a saber:

1. Atividades ou programas organizados fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos.
2. Qualquer atividade educacional organizada e estruturada que não corresponda exatamente à definição de ‘educação formal’.
3. Processos de formação que acontecem fora do sistema de ensino (das escolas às universidades).
5. Tipo de educação ministrada sem se ater a uma sequência gradual, não leva a graus nem títulos e se realiza fora do sistema de educação formal e em forma complementar.
6. Programa sistemático e planejado que ocorre durante um período contínuo e predeterminado de tempo. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA / INEP, 2001, itens 1 a 5, para. 1)

Os apontamentos e definições organizadas pelo INEP, além de explicitarem algumas possíveis delimitações para a educação não formal, também, sugerem que

estamos diante de um campo de grande amplitude e alcance, o que nos permite pensar não somente em uma única educação não formal, mas na existência, em seu bojo, de numerosas subáreas e diversos trabalhadores que assumem a docência como ofício. Em função disso, é relevante abordar as áreas mais relevantes da educação não formal. Sabe-se que algumas destas áreas não são novas, ainda que cada uma delas seja costumeiramente descrita pelos pesquisadores como uma modalidade de educação inovadora e particular, que não tem relação com a educação não formal. Entendemos que são subáreas desta educação, e não novas ou diferentes áreas. No tópico seguinte serão descritas as modalidades ou áreas da educação não formal e o trabalho docente associado a cada uma delas.

Modalidades De Educação Não Formal

A modalidade *educação não formal* é ampla. Há, conforme mencionado anteriormente, diversos subtipos ou subáreas que a compõem e que abrem espaço para a atuação profissional docente de diversos profissionais. Estas subáreas se interpenetram, em diversos momentos e a delimitação de cada uma delas não é simples e nem se pretende detalhar neste artigo o que seria um possível ordenamento definitivo do campo da educação não formal. Neste texto são apresentados, de forma exploratória, apenas as suas áreas mais destacadas, nomeadamente: a educação corporativa, formação de pessoas em cursos livres para áreas diversas do saber e da prática; educação não formal nas organizações não governamentais (Ongs)²

Educação Corporativa

É a educação para o trabalho, normalmente custeada e realizada pelas empresas, voltada para a formação dos funcionários, colaboradores e fornecedores. Estes últimos normalmente são inseridos em processos formativos oferecidos por grandes empresas, com as quais se relacionam, e que desejam integrar os funcionários da empresa fornecedora, comumente de menor porte, à sua cultura organizacional. As atividades da educação corporativa são realizadas em serviço, cursos ou formações específicas, com vistas ao

² Para conhecer as demais subáreas da educação não formal Cf.: PEREZ, Deivis. *Formação de Professores para Organizações Não-Governamentais/ONGs*. 2009. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP: São Paulo, 2009.

desenvolvimento do trabalhador. Nessa modalidade particular de educação não formal, os processos de formação podem estar relacionados à atividade laboral do funcionário ou ao desenvolvimento integral do trabalhador, ainda que não estejam diretamente associadas à função e ao trabalho realizado por um indivíduo ou grupo.

Os professores da Educação Corporativa costumam ser os profissionais e/ou consultores especializados no tipo de trabalho a ser ensinado ou saber profissional estudado. Não são, portanto, educadores licenciados em nível superior especificamente para a atuação docente, como ocorre obrigatoriamente com os docentes escolares. Entretanto, é preciso que os docentes da Educação Corporativa, analogamente a quaisquer profissionais da educação não formal, se apropriem das teorias e ferramentas de trabalho próprias das Ciências e saberes da educação para a adequada realização do processo de ensino e aprendizagem, o que, muito comumente não ocorre, caracterizando grave falha nas práticas educativas corporativas. Os professores e instituições que realizam a Educação Corporativa costumam supervalorizar os conhecimentos teóricos e práticos especificamente relativos ao mundo do trabalho, conferindo pequena atenção às especificidades do processo educativo. Trata-se de um desvio e/ou desvirtuamento observado nesta subárea da educação não formal.

A educação corporativa encontra-se envolvida em grande controvérsia. A literatura acadêmico-científica registra pesquisas favoráveis à sua ampliação, como os trabalhos de Meister (1999) e Eboli (2004), ainda, temos pesquisadores que percebem esta modalidade de educação de modo acrítico, realçando e defendendo a sua funcionalidade aos interesses do capital, como Henri Vahdat (2008). Há, também, estudiosos que, em suas pesquisas, analisaram criticamente as relações entre a educação corporativa, a formação do indivíduo e a constituição da sua subjetividade, como aquele realizado por Célia Silva (2007) e Demerval Saviani (2008).

A pesquisadora norte-americana Jeanne Meister (1999) aponta que a educação realizada por empresas, que ela defende que seja denominada educação corporativa, é comumente realizada em setores das empresas que se convencionou chamar de Universidades Corporativas (UC). A Educação Corporativa e as UC podem ser consideradas como “[...] um guarda-chuva estratégico para desenvolver e educar funcionários, clientes, fornecedores e comunidade, a fim de cumprir as estratégias empresariais da organização”.

Há autores que argumentam que haveria um campo específico da produção acadêmico-científica de saberes relacionados à educação corporativa, denominado Pedagogia Empresarial ou Corporativa. Segundo Saviani, neste segmento do saber pedagógico, que ele prefere nomear Pedagogia Corporativa, “a educação deixa de ser um trabalho de esclarecimento, de abertura das consciências, para tornar-se doutrinação, convencimento e treinamento para a eficácia dos agentes que atuam no mercado” (SAVIANI, 2008, p. 177).

Não acreditamos que este seja um campo da educação que permita uma adesão irrestrita e acrítica, como aquela registrada no estudo de Vahdat, e nem uma área dos saberes pedagógicos que mereça ser rejeitada e cujas práticas devam ser criticadas e analisadas negativamente *a priori*, como faz Saviani. É relevante que os pesquisadores e professores da educação estejam atentos e produzam conhecimentos acerca deste segmento corporativo, que favoreça a construção de propostas que permitam a formação e o desenvolvimento concreto dos trabalhadores, sem uma adesão cega ou irrestrita aos valores e à visão capitalista. Pelo contrário, a educação corporativa carece do envolvimento de pedagogos e profissionais da educação, também, de estudos que analisem as práticas existentes e que sejam capazes de construir referências teóricas críticas, que iluminem e orientem a elaboração de propostas de formação de trabalhadores de forma crítica e criativa.

Formação em Cursos Livres para Áreas Diversas do Saber e da Prática

Este tipo de educação não formal diz respeito ao conjunto de saberes e fazeres que são ensinados por instituições dedicadas a educar pessoas de modo livre, para além da escolarização formal, de modo intencional e organizado. São processos em que os aprendizes dedicam tempo e se mobilizam afetiva, intelectual e/ou fisicamente para aprender. Alguns exemplos que se inserem nesta categoria são: as autoescolas, que ensinam homens e mulheres a dirigir automóveis, motos e caminhões; os cursos de idiomas, beleza e moda, gastronomia, etc., desde que realizados fora do currículo escolar; atividades formativas e cursos livres de educação para o mundo do trabalho, como aqueles que ensinam aspectos relacionados a práticas profissionais, como cursos para o manuseio e controle de máquinas e equipamentos, oferecidos por organizações públicas ou privadas, fora do currículo escolar tradicional. Os professores que atuam nesta área têm sua atividade descrita na

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego:

Os profissionais dessa família ocupacional devem ser capazes de criar e planejar cursos livres, elaborar programas para empresas e clientes, definir materiais didáticos, ministrar aulas, avaliar alunos e sugerir mudanças estruturais em cursos. [...] Atuam de forma individual e também em equipe; trabalham com supervisão ocasional e, dependendo da característica do curso, podem atuar em ambiente fechado, a céu aberto e em veículos. Na grande maioria, trabalham na condição de profissionais autônomos, atuando nos períodos diurno e noturno. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002, p. 429)

Sabemos que se trata de uma área excessivamente abrangente e, por isso, admite-se a necessidade de estudos dedicados a compreender, de modo exclusivo, este segmento da educação não formal. Mas não se pode deixar de apontar a sua relevância, visto que na atualidade enormes parcelas das populações estão inseridas nas mais diversas atividades realizadas na área. Por fim, deve-se notar que a delimitação do trabalho dos professores desta subárea da educação não formal, observado na CBO aponta para a necessidade de os docentes que atuam nos cursos livres apresentarem domínio das ferramentas próprias do trabalho docente, o que reafirma que estamos diante de profissionais dedicadas à docência, ainda que fora dos muros da escola.

Educação Não Formal nas Organizações Não governamentais (Ongs)

A educação praticada por Ongs deve ter como característica básica constituir-se em um processo intencional de ensino e aprendizagem realizado por indivíduos ou grupos e não deve substituir ou competir com as práticas escolares formais. Em vista disso, sugerimos que as Ongs atuem no campo da educação não formal. Sabe-se que há organizações desse tipo que buscam ocupar espaços próprios da educação formal, principalmente, aquela realizada pelas escolas públicas e gratuitas. Consideramos este um desvio do papel reservado para as Ongs na educação. Para que esse papel torne-se absolutamente claro e delimitado, é necessário um esforço por parte de pesquisadores, educadores, profissionais e cidadãos ligados a Ongs, incluindo a população atendida por estas organizações, a fim de

definir os compromissos políticos, o papel social, as práticas e as características conceituais e metodológicas da educação que as Ongs devem realizar.

Neste trabalho sugere-se que a educação nas Ongs deve voltar-se de forma central para a inclusão em processos de ensino e aprendizagem de indivíduos e grupos das camadas empobrecidas e/ou fragilizadas da população, com vistas à reivindicação e defesa de direitos; à organização de cidadãos para a gestão democrática e participação ativa nas decisões sobre o uso dos recursos comunitários. Seus compromissos políticos gerais e, aqueles relacionados ao campo da educação, são numerosos e devem estar vinculados: a emancipação humana; a melhoria da qualidade de vida de indivíduos e da coletividade; a busca ativa de solução de problemas das comunidades; a ampliação das possibilidades de participação democrática ativa (e não somente representativa) nos processos decisórios e de gestão das localidades; a superação das condições de exploração de parcelas da população; ao apoio à escola pública, gratuita e de qualidade; ao desenvolvimento de metodologias e propostas que contribuam com a melhoria da escola pública e o incremento da educação formal; a atividades de ensino e aprendizagem que estimulem a participação de professores, pais, alunos, funcionários e comunidade nas instâncias de gestão, colegiadas e de decisão das escolas.

Enfatizamos, entre outros papéis da educação praticada por Ongs, a sua relação com o fortalecimento da escola pública e da participação da comunidade na sua gestão, exatamente para afastar a comum dicotomia que se tem estabelecido entre as práticas educativas de Ongs e da escola. Sendo assim, a educação não formal desenvolvida por Ongs não pode e não deve concorrer com o papel e a atuação da escola e da educação formal. Ao contrário, é papel relevante contribuir para a articulação e mobilização de grupos e comunidades para a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, além de desenvolver metodologias e propostas com foco no processo de ensino e aprendizagem, para a sua melhoria. Isto porque, dada a flexibilidade que o processo educativo pode assumir nas Ongs, há possibilidades de desenvolvimento e implementação de estratégias inovadoras de educação, que poderão ser, posteriormente, apropriadas pelos profissionais das escolas formais, com vistas à melhoria da qualidade do ensino público.

Uma característica da educação não formal realizada pelas Ongs é o fato de poder oferecer atividades, a partir da demanda apresentada pelas comunidades. Essa modalidade de educação pode favorecer a implementação daquilo que, de fato, os grupos e indivíduos

necessitam para o seu fortalecimento e desenvolvimento, de modo mais ágil que a educação escolar formal. Além disso, é preciso considerar que todo o sistema educacional brasileiro, encontra-se orientado pelo que podemos denominar *sentido de oferta*, ou seja, as escolas e organizações educacionais oferecem cursos independentemente do interesse e da demanda real das comunidades. As Ongs, dada a sua maior flexibilidade de atuação, estão em condições de passar a agir de forma oposta ao sistema atual vigente na educação nacional, buscando identificar as demandas e elaborando programas educacionais sintonizados com as necessidades observadas, de modo flexível o suficiente, para permitir que esses programas sejam adaptados rapidamente a mudanças nos contextos socioeconômico, político e cultural.

Por fim, os professores que atuam em Ongs, assim como os demais docentes da educação não formal, devem se perceber como profissionais da educação, devendo ter domínio das teorias e fazeres próprios do ofício especializado nos processos de ensino e aprendizagem para o exercício virtuoso e valorização do trabalho dos professores em todas as áreas da educação intencional.

Considerações Finais

O estudo teórico apresentado neste artigo propôs o exame e a discussão das diferentes modalidades de educação e trabalho do professor caracterizado pela intencionalidade no processo educativo. Optou-se por adotar uma visão ampliada de educação, que inclui desde o ensino visando à socialização básica do indivíduo, que ocorre de modo informal no grupo familiar, até as práticas educacionais profissionalizadas, que são a marca dos complexos sistemas de ensino nacionais, dedicados à formação de grandes contingentes populacionais. Essa definição ampliada, associada à análise crítica dos escritos de teóricos da educação, conduziram à delimitação das modalidades de educação informal ou não intencional e intencional. Dedicou-se especial atenção para a educação intencional e as suas categorias, que são a educação formal e não formal.

A educação formal existente hoje tem suas raízes, muito provavelmente, nos referenciais teóricos que nos foram transmitidos pelos filósofos e pensadores gregos e, principalmente, pelos pensadores e por todo o contexto sociopolítico, cultural e econômico da *modernidade*. Tanto a modalidade educacional quanto o professor escolar tem tido grande ênfase nos debates das sociedades contemporâneas e nos estudos realizados pelos meios acadêmicos especializados. A despeito disso, observa-se a ascensão significativa das

práticas relacionadas à educação não formal e uma ampliação da visibilidade dos profissionais da educação que assumiram a docência como ofício neste tipo de educação.

À guisa de conclusão é preciso salientar que a educação não formal ainda demanda melhor delimitação e compreensão da sua função social e relevância. Além disso, é preciso considerar que a educação não formal registra em seu âmbito a existência de racionalidades políticas e pedagógicas diferentes e até opostas, que impõe aos professores e investigadores “[...] uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam as suas práticas e reflexões possam ajudar a constituí-lo e a consolidá-lo como lugar de referência de uma educação crítica e emancipatória, tão urgente e necessária como a melhor educação escolar” (JANELA, 1989, p. 93).

Referências

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações / CBO*. Distrito Federal, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução de Alvaro Lorencini, São Paulo: editora UNESP, 1999.

COMENIUS, João Amos. *Didática Magna [1657]*. 3. Ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *Tecnologias do Conhecimento: Os desafios da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

EBOLI, Marisa. *Educação Corporativa no Brasil: Mitos e verdades*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-formal: Um novo campo de atuação. In: *Ensaio: Avaliação, políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 6, n. 21, p. 441-560, 1998.

_____. *Educação Não-formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época, v. 07)

_____. Educação Não Formal na Pedagogia Social. In: *Anais do Primeiro Congresso Internacional de Pedagogia Social*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA / INEP, Educação Não-Formal. In: *Thesaurus Brasileiro de Educação*. 2001. Brasília, Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37499>>. Acesso em 08 de agosto de 2012.

JANELA, Almerindo Alfonso. Sociologia da educação não-escolar: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?. In: ESTEVES, J.; STOER, S.R. (orgs.). *A Sociologia na Escola: Professores, educação e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 1989, p. 75-96.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Pedagogia e pedagogos, para quê?*. São Paulo: Cortez, 2002.

LUTERO, Martinho. Carta aos Conselheiros dos Estados Alemães Pedindo-lhes a Fundação de Escolas Cristãs [1524]. In: FORGIONE, J. *Antologia Pedagógica Universal*. Buenos Aires: Libreria y Editora El Ateneo, 1948, p. 342-347.

MEISTER, Jeanne. *Educação Corporativa: gestão do capital intelectual através das universidades corporativas*. Trad. Maria Claudia Santos Ribeiro Ratto. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

PEREZ, Deivis. *Formação de Educadores para o Terceiro Setor*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo: 2004.

_____. *Formação de Professores para Organizações Não-Governamentais/ONGs*. 2009. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP: São Paulo, 2009.

_____. Análise do processo formativo de professores para a educação não formal realizada em organizações não governamentais. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 3, n. 01, p. 149-162, jan/jun. 2013a.

_____. Estudo exploratório sobre a delimitação e práticas contemporâneas da educação não formal. *Revista UNIFAMMA*, v. 12, n. 1, p. 28-40, dez. 2013b.

PÉREZ-GÓMES, Angel I. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento da experiência. In: PÉREZ-GÓMES, Angel I.; SACRISTÁN, J. Gimeno. *Compreender e Transformar o Ensino*. 4. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998, p. 13-26.

POZO, Juan Ignacio. *Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Tradução de Ernani da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. *Poderes Instáveis em Educação*. tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

_____. *Currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. Ed. Tradução de Ernani F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

_____. *Educar e Conviver na Cultura Global*. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

_____. *A Educação que ainda é Possível: ensaios sobre uma cultura para a educação*. tradução de Valério Campos, Porto Alegre: ArtMed, 2007.

SAVIANI, Demerval. *A Pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008

SILVA, Célia M.M. Ferraz. *Educação Corporativa e Subjetividade: Um estudo de caso*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, São Paulo, 2007.

VAHDAT, Henri. *Universidade Corporativa: Um instrumento a serviço da competitividade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, São Paulo, 2008.